

Deficientes reclamam de discriminação

São Paulo — Os deficientes físicos e audiovisuais estão revoltados com o que consideram discriminação por parte da Justiça eleitoral. Um dos dirigentes da Associação Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes, entidade fundada na França em 1945, que congrega mais de 30 mil associados no Brasil, e também diretor do Movimento Popular dos Deficientes Físicos e Mentais da Zona Leste da capital, José Eduardo Souza, enviou novos documentos ao Tribunal Superior Eleitoral em Brasília e ainda ao TRE de São Paulo protestando contra a discriminação contra os deficientes. Segundo ele, apesar da Constituição tornar obrigatório o voto para os deficientes, o TSE não adotou qualquer providência para facilitar a forma de votação, como, por exemplo, a montagem de rampas em vez de escadas nos locais de votação para os deficientes físicos.

Souza explicou que enviou cartas ao TRE obtendo respostas vagas para as questões citadas, como a forma de votação para os deficientes que sofrem de paralisia cerebral, com descoordenação motora. Estas pessoas, segundo as explicações do dirigente, não conseguirão votar.